



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG

Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br



ASSESSORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO Nº: 82/2019

REFERÊNCIA: Projeto de resolução nº 20/2019 – altera o art. 213 do Regimento Interno da Câmara Municipal – Resolução nº 685/2012

SOLICITANTE: Presidência da Câmara Municipal

1 – RELATÓRIO

O projeto de resolução ora analisado tem por escopo modificar a competência/iniciativa e, de certa forma, o procedimento de propositura do valor de subsídio dos agentes políticos da Câmara Municipal.

Ausente a exposição de motivos do projeto.

Estabelece o §1º do art. 211 do Regimento Interno um rito especial para a tramitação desta resolução, condição *sine qua non* para a sua efetividade.

Art. 211. (...)

(...)

§1º - Distribuído em avulso, o projeto fica sobre a mesa durante 10 (dez) dias para receber emendas, findo o qual será encaminhado à Comissão Especial para emitir parecer sobre ele e emendas no prazo de 15 (quinze) dias.

(...)

Destaque nosso.

Em que pese o despacho da Presidente de fls. 3 já reconhecer o mencionado procedimento, não consta dos autos a nomeação da Comissão Especial, que deve vir a tempo modo ser instituída.

É o essencial a relatar.

ACQ



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG
Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br



2 - FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DA COMPETÊNCIA E INICIATIVA

Inicialmente, há de constatar escorreita a propositura quanto às regras de competência/iniciativa, pautadas no art. 211, inciso II, do Regimento Interno, tem do em vista a presente proposta de resolução vir assinada por três dos nove Vereadores: Fernando Branco, Vital Guimarães e Dra. Rose Delegada.

Art. 211. O Regimento Interno pode ser reformado por meio do projeto de resolução de iniciativa:

I - da Mesa da Câmara;

II - de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

(...)

Destaque nosso.

Portanto, registre-se a ausência de vícios de competência e a plena possibilidade da propositura quanto a tramitação.

2.2 DA MATÉRIA PROPOSTA

Vejamos o que apregoa o art. 213 da Resolução nº 685/2012:

Art. 213. A Mesa da Câmara elaborará, antes do pleito eleitoral, projeto de lei destinado a fixar o subsídio dos Vereadores para vigorar na Legislatura seguinte.

Parágrafo único - Não apresentado o projeto até o prazo definido neste artigo o valor do subsídio para a Legislatura seguinte será o que se encontrar em vigor.

Destaque nosso.

A sistemática deste dispositivo é retificada no presente projeto de resolução, ampliando a competência dos agentes propositores e modificando os prazos para a sua consecução. Vejamos:

Art. 1º. O art. 213 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Bom Despacho passa a vigorar com a seguinte redação:



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG

Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br



*Art. 213. **A Mesa da Câmara elaborará, nos cento e oitenta dias que antecedem o início do pleito eleitoral municipal,** projeto de lei destinado a fixar o subsídio dos Vereadores para vigorar na Legislatura seguinte.*

§ 1º Não apresentado o projeto no prazo definido neste artigo, e restando menos de noventa dias para o início do pleito eleitoral, a iniciativa poderá partir de qualquer Vereador, mediante requerimento, na forma do art. 145, ou por iniciativa popular, na forma do art. 190, II, desta Resolução.

§ 2º Restando a realização de duas sessões ordinárias para o início do pleito eleitoral municipal, não tendo sido votado o projeto de lei, será o mesmo imediatamente incluído na ordem do dia, independentemente de parecer.

§ 3º Não apresentado o projeto, na forma do caput ou do § 1º, o valor do subsídio para a Legislatura seguinte será o que se encontrar em vigor.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

(...)

Destaque nosso.

A Mesa Diretora não perdeu sua prerrogativa de propor o valor do subsídio dos vereadores para a legislatura seguinte. Entretanto, caso não o faça no prazo indicado (180 dias antes do pleito eleitoral), abre para qualquer Vereador a possibilidade de fazê-lo, dentro de um outro período (restando menos de 90 dias para o início do pleito eleitoral), ou ainda, por intermédio da iniciativa popular.

Recomenda-se ajustar no §1º a vinculação da propositura de iniciativa popular ao art. 75 da Lei Orgânica, e não ao art. 190, II, da Resolução nº 685/2012 (Regimento Interno). Isto porque a matéria em questão é de natureza ordinária, sendo mais apropriada aquela fonte em detrimento desta. Vejamos os dispositivos:



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG

Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br



LEI ORGÂNICA

Art. 75. Salvo nas hipóteses previstas no artigo anterior, **a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município** em lista organizada por entidade associativa legalmente constituída, que se responsabilizará pela autenticidade das assinaturas.

REGIMENTO INTERNO

Art. 190. A Lei Orgânica pode ser emendada mediante proposta:

I - de no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara;

II - do Prefeito;

III - pela maioria do eleitorado do Município.

Destaque nosso.

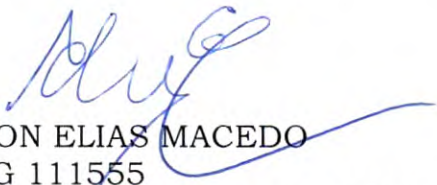
3 - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela legalidade e constitucionalidade da propositura, concluindo pela possibilidade de tramitação e recomendando o ajuste apontando para o §1º do art. 1º

Nada mais a verificar, remeto o parecer para apreciação e utilização dos Vereadores e da Comissão Especial a ser designada.

É o parecer.

Bom Despacho, 14 de agosto de 2019.


ALYSSON ELIAS MACEDO
OABMG 111555

ASSESSORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL